



Do que Vale para o que Pode: corpos de Quincas Berro Dágua

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos
Fernando Seffner

RESUMO – Do que Vale para o que Pode: corpos de Quincas Berro Dágua. Este é um texto que versa sobre produção de corpos normalizados/identificados, bem como de suas reexistências. Tendo como espaço de inserção-análise um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para álcool e outras drogas (AD) de Aracaju-Sergipe, intenta-se abrir possibilidades de pensar conexões entre dois temas que acreditamos importantes, mas ainda pouco explorados no terreno da Reforma Psiquiátrica: álcool e outras drogas e relações de gênero, sobretudo, arranjos de masculinidades. Em terrenos biopolíticos, pensar o que valem e o que não valem corpos masculinos que usam álcool e/ou outras drogas e serviços de saúde mental. Pensar, especialmente, o que podem esses corpos, porque os corpos sempre podem mais do que o que prescrevem as normas. Pesquisar, enfim, modos de subjetivação desses corpos. Este artigo insere-se dentro de projeto de pesquisa em andamento, para elaboração de tese de doutorado.

Palavras-chave: **Corpo. Modos de Subjetivação. Reforma Psiquiátrica/CAPS. Álcool e Outras Drogas. Masculinidades.**

ABSTRACT – From What They Are Worth to What They Can Do: the bodies of Quincas Wateryell. This paper is about production of identified/normalized bodies as well as its re-existences. The place of insertionanalysis was a Psychosocial Attention Centre (CAPS) for alcohol and other drugs (AD) in Aracaju, Sergipe. Our objective is to open possibilities for thinking about connections between two relevant subjects which are not deeply analyzed in the field of Psychiatric Reform: alcohol and other drugs and gender relation, especially arrangements of masculinity. In terms of biopolitics, thinking about the value of male bodies who use alcohol and/or other drugs and mental health services, especially about what these bodies can do, what their power is, and why bodies can go further than what is prescribed. Finally, we intend to research about the subjectification processes of these bodies. This paper is part of an ongoing research project for doctoral thesis.

Keywords: **Body. Subjectification Processes. Psychiatric Reform/CAPS. Alcohol and Other Drugs. Masculinities.**

Dobras do Corpo e da História

O corpo “[...] é, antes de tudo, um termo da *doxa*” (Le Breton, 2007, p. 35), da mesma forma o é o termo “história”. Como pesquisadores implicados com a intenção de se contrapor a uma história das origens, quando anunciamos o desejo de pensar o corpo ou a *história do corpo*, os usos desses termos, história e corpo, devem ser esclarecidos de antemão.

Compondo com Le Breton (2007) e Foucault (2001), tal esclarecimento advém de uma história entendida como *analítica do presente*, de uma genealogia das práticas e circunstâncias sócio-políticas nas quais a história e o corpo, assim como são apresentados na *doxa*, foram gestados e pelas quais se constituem. De que história e de que corpo estaríamos, então, tratando? Com que perspectiva estamos compondo?

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do EU (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história [sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados] e a história arruinando o corpo (Foucault, 2001, p. 22).

Vale dizer que não se trata de uma posição relativista. Nesse sentido, perspectiva aqui não se relaciona com a ideia de lançar vários olhares sobre uma realidade idêntica a si própria, assumindo-a como um dado, uma evidência (Rodrigues, 2000). A realidade é performática e, dessa maneira, adotar uma perspectiva não é descrevê-la a partir de um ponto de vista. A realidade é, sim, construída com as supostas descrições. Ou seja, mais do que simplesmente descrever, as asserções desencadeiam todo um processo de *fazer*, de construir realidade (Louro, 2004). Perspectiva implica, então, aqui a produção de realidades e, desse modo, a própria produção de corpos e de suas histórias.

Na direção contrária a perspectivas que se posicionam a favor da existência de uma origem, de uma identidade primeira para as coisas que compõem a *realidade*, esta é aqui pensada como produção histórica, *não existindo em si e por si*, “sempre sendo construída por práticas sociais” (Coimbra, 2001, p. 38). Tais práticas, bem datadas, “[...] vão engendrando no mundo objetos, sujeitos, saberes e verdades sempre diversos, sempre diferentes [...]” (Coimbra, 2001, p. 38). A partir dessas múltiplas práticas, múltiplos rostos vão se constituindo ao longo da história, múltiplas objetivações. Esse é o sentido da negação dos objetos naturais: “[...] não há nada através do tempo, evolução ou modificação de um objeto que brotasse sempre no mesmo lugar”, como se o mesmo possuísse uma origem primeira a ser revelada. “Foucault não diz: ‘de minha parte, prefiro o descontínuo, os cortes’, mas ‘desconfiem das falsas continuidades’” (Veyne, 2008, p. 268).

Nesse mesmo sentido, Denise Sant'Anna (2000) desenvolve a afirmação de que conhecer o corpo é uma tarefa incerta. A partir dessa abordagem, torna-se evidente “[...] o quão absurdo é nomear o corpo como se fosse um fetiche, isto é, omitindo [os homens e as mulheres]¹ que o encarna[m]” (Le Breton, 2007, p. 24), em contextos histórico-culturais-políticos específicos. “O corpo não é uma natureza incontestável objetivada imutavelmente pelo conjunto das comunidades humanas” (Le Breton, 2007, p. 24). Não existe o objeto natural corpo, não existe “o” corpo. “O corpo é uma falsa evidência” (Le Breton, 2007, p. 26).

A perspectiva é, então, a de problematização e desnaturalização da ideia de um único Corpo², um que pudesse condensar traços de tantos outros e, a partir dele, se pudesse almejar uma pretensa universalidade. Trabalhamos mais com corpos que tendem ao singular, ou seja, que se constroem no interior de culturas específicas, submetidos a determinadas pedagogias corporais. Estas objetivam prescrever e inscrever nos corpos hábitos, atitudes e comportamentos considerados mais adequados ao convívio. Pensamos, pois, o corpo como tendo efeitos de geração (certa idade, ou mais de uma idade, aquela biológica, aquela que os outros atribuem a ele etc.); certa combinação de gênero (masculino e feminino, mas não de forma excludente, ou seja, não para simplesmente classificar o corpo como sendo de homem ou de mulher, mas para ver nele os efeitos da história relacional dos gêneros, que deixa marcas masculinas ou femininas, isso se pensarmos apenas em dois gêneros); certa disposição para o exercício da sexualidade (em geral chamada de orientação sexual, buscamos os efeitos da história daquele corpo em relação ao tema da sexualidade); inscrito numa religião (a adesão a religiões ou a construção de referenciais religiosos próprios, através da combinação de diversos elementos, marca os corpos); nação, região, deficiência ou não etc., tudo isso lhe conferindo marcas.

Mais do que isso, os corpos tendem ao singular porque sempre vazam, porque sempre borram tais prescrições, tais marcas socioculturais, os corpos sempre vão além do que prescrevem as pedagogias político-culturais. Corpos sempre resistem, sempre criam, sempre se criam, sempre podem mais do que o possível pré-estruturado para eles topografado, reexistem; corpos sempre escapam às formas e às significações em voga; alguns corpos, alguns *estados*, ou melhor, alguns movimentos de corpos não são passíveis de nomeação, de adestramento, de identificação. “*Entre* esse corpo do orgânico e da linguagem” (Barone, 2009, s.p.), produzem-se sentidos que desfocam a vontade de poder e de verdade e convocam a vontade de potência, nos convidando a uma vida que pode mais, pelo menos mais do que esta: vida fadada a um corpo esquadrinhado, disciplinado, circunscrito, colado às significações, aos mapas políticos da linguagem, construído pelas normas postas em ação e reiteradas pelas pedagogias político-culturais.

Em última análise, a partir da perspectiva aqui proposta, quando olhamos um corpo não buscamos ali uma origem, mas efeitos da história de seu tempo, no seu local de inscrição, marcas, rastros, traços, que vão configurando isso que denominamos corpo. E isso que denominamos corpo sempre vaza, sempre pode

mais, é um aberto de possibilidades inomináveis, impensáveis, imprevisíveis. Daí se afirmar que o corpo sempre é maleável e disponível aos poderes, mas também lugar de disputa e afrontamentos (Sant'Anna, 2000). Arranjos políticos diferentes, corpos diferentes, resistências diferentes, invenções, reexistências; corpos marcados pela história e a história os arruinando (Foucault, 2001); ilimitados modos de produção do corpo.

Pedagogias Corporais nas Sociedades Capitalísticas³

Atualizando a economia de poder moderna, na contemporaneidade mantêm-se o objetivo de administrar a população e vigiar os indivíduos, de gerar e gerir corpos individuais bem como o corpo social. Compondo com tal escopo, uma rede de pedagogias é posta em funcionamento, um conjunto de práticas educativas (formais, informais, não-formais), “pedagogias presentes na vida ‘em sociedade’”, a partir das quais se prescrevem hábitos, atitudes, comportamentos relativos ao corpo, “[...] considerados mais adequados para o bem (con)viver das pessoas numa sociedade que se quer moderna [...]”, e agora contemporânea (Moreno; Segantini, 2007, p. 76). Essa rede de poderes articulados, e cada vez mais dissimulados, intenta produzir homogeneização dos territórios existenciais, produzir (nossos) corpos dóceis e úteis. Para tanto, ela se inscreve, tatua nossos corpos, teve e tem efeitos sobre eles (Foucault, 2001). Não é à toa que dizem que o capitalismo hoje em dia é imanente, circula nas nossas veias como sangue.

Para construir os corpos que viriam a habitar as cidades modernas, fazia-se imprescindível a produção de uma determinada política de educação, que viabilizasse a construção de corpos também modernos, cidadãos, civilizados, corpos de trabalhadores livres, corpos de cidadãos. Uma questão se coloca aqui, fundamental para a discussão pretendida: não estamos falando de falta de educação e de trabalho, mas de um tipo de educação e de trabalho que tem como objetivo central a nossa conformação com forças de captura, nos furtando a estrada, a aventura, a expansão da vida. Estamos falando da formação de fôrmas. Isso porque os dispositivos de disciplinamento e de controle têm como escopo a sujeição, a cristalização de territórios existenciais, nosso acoplamento, o acoplamento de nossos corpos e *almas* a uma forma (fôrma) homem que tende a nos impedir a embarcar em fluxos, traçar novos desenhos, novas configurações, novas excursões, devir.

Pela educação, pelo trabalho, pela saúde – essa saúde produzida nos registros da *Ordem Médica* (Clavreul, 1978) – se quer prender nossos corpos a identidades, formas e limites, a um rosto homogêneo e ideal: o homem, o homem da razão, masculino, branco, adulto, heterossexual, trabalhador, viril, *encorpado*, sadio, *chefe* de família que tem um nome a zelar e dá esse nome à família, que tem bens e patrimônios a honrar e que honram esse nome, que controla e domina sua *fêmea*, que só ele a trai ou pode trai-la⁴, que tem con-

trole sobre o uso que faz de drogas, que tem poder de consumo, que tem casa, endereço fixo, tudo isso lhe concedendo um local de poder e de autoridade como sujeito universal: a Humanidade⁵.

No interior das culturas capitalísticas, a fim de garantir determinada e reta direção na construção dos corpos de homens e de mulheres, fez-se e faz-se imprescindível a produção continuada, constantemente atualizada e reiterada de uma determinada política de educação dos corpos. Com o objetivo de engendrar os corpos de homens e mulheres *de verdade*, veiculam-se práticas educativas, pedagogias corporais.

Pedagogias de Gênero e de Sexualidade

Dentre as pedagogias corporais, destaquemos as pedagogias de gênero e de sexualidade (Louro, 2004). Do mesmo modo como pensamos o corpo, entendemos aqui o sexo, o gênero e a sexualidade não como objetos naturais, mas como construções político-culturais. Não se pretende, com isso, negar a materialidade dos corpos. Mas enfatizar que são as práticas, inclusive discursivas, que fazem com que determinados aspectos dos corpos – virtualidades ainda sem rosto, virtualidades que tomam forma a partir de determinadas práticas (Veyne, 2008) – se convertam, por exemplo, em definidores de gênero e de sexualidade, funcionando como definidores dos próprios sujeitos e de seus corpos.

Não existe materialidade que não seja desde sempre discursivamente construída, “[...] os discursos habitam corpos, se acomodam em corpos; os corpos carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (Butler apud Louro, 2004, p. 15). O discurso é, então, uma prática que violenta as coisas, na medida em que, por meio dela, as objetivamos, criamos ordenações, constituímos objetos, nos enclausuramos, restringimos a vida a mapas linguísticos. A partir de tal entendimento, é possível pensar que a *simples* e tão conhecida expressão *É um menino* ou *É uma menina* não dá nome a uma realidade dada de antemão, mas o próprio ato de nomear instaura “[...] todo um processo de fazer desse corpo um corpo masculino ou feminino. Um processo que é baseado em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais” (Louro, 2004, p. 15-16). Ou seja, tal nomeação produz realidade, operando no sentido de fixar uma “sequência sexo-gênero-sexualidade” (Louro, 2004, p. 15), vista como *natural* e, portanto, correta e única. Os “[...] corpos que importam”, os “sujeitos legítimos [...]” (Louro, 2004, p. 15) são aqueles que obedecem a estas normas regulatórias. Aqueles que oscilam, hesitam, inventam novos caminhos e ousam trilhá-los são suspeitos, no limite, descartáveis restos.

Para que se sequenciem, se efetivem e se naturalizem as identidades sexuais, de gênero e de sexualidade, uma rede articulada de instituições – e as organizações e estabelecimentos delas derivados – é posta em funcionamento,

por meio da qual se veiculam e se operacionalizam pedagogias empenhadas em construir homens e mulheres legítimos, corpos que *valem à pena*. Família, escola, mídia, igreja, leis, medicina fazem um investimento nos corpos que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando certas identidades e, ao mesmo tempo, subordinando, negando ou recusando outras, apagando, sobretudo, movimentos de corpos que coloquem em questão tais modelos hierárquicos, duais, identitários.

Mas ainda que sejam tomadas todas as precauções, corpos vazam, escapam, colocando em xeque a pretensa naturalidade das normas de gênero bem como a fixidez das extremidades dicotômicas. Tais corpos e seus movimentos são logo capturados, identificados como corpos ilegítimos, imorais, insanos, patológicos, impróprios, tornando-se alvos de pedagogias corretivas voltadas para puni-los, salvá-los, curá-los, reabilitá-los, reeducá-los, reinseri-los sob o rótulo de identidades *dissidentes*.

Mutações do Capitalismo, Mutações nas Pedagogias

Nesses tempos de capitalismo financeiro, noticia-se o fim do panóptico, o fim da era do engajamento mútuo entre líderes e seguidores, supervisores e supervisionados, *cuidadores* e pacientes, capital e trabalho (Bauman, 2001). Estamos no olho do furacão de “[...] uma mutação social na qual a revolução tecnológica, as transformações no mundo do trabalho, o endividamento generalizado e os novos controles em espaços abertos são componentes importantes” (Neto, 2000, p. 110). Uma mutação que insiste em atualizar de modo cada vez mais intenso:

[...] as formas ultrapassadas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado (família, escola, fábrica, hospital, prisão). [...] O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado (Deleuze, 1992, p. 220)⁶.

Sob “[...] o arauto e o esplendor de uma era de direitos” (Neto, 2000, p. 110), as relações de poder tornam-se, assim, ainda mais sorradeiras. Para os homens e as mulheres desse tempo anunciam-se novas liberdades, o ruir de antigas fronteiras, o fim dos antigos confinamentos, mas serão mesmo homens e mulheres sem fronteiras, não confinados/as? Novas servidões parecem se anunciar, “[...] uma servidão voluntária modulada por uma compulsão entusiasmada em direção às compras” (Neto, 2000, p. 110). No entanto, a maioria de nós é “pobre demais para a dívida” (Deleuze, 1992). Quanto mais pobres, mais agarrados a um território, mais entabulados. Sem dinheiro para viajar, seja de carro, de avião ou de internet, sem dinheiro para sair de casa, mais confinados,

mais presos a fronteiras. “A dissipação de fronteiras traz consigo o aumento de guetos e favelas. O capitalismo mantém três quartos da humanidade em condição de extrema miséria [...] sem salvaguardas estatais” (Neto, 2000, p. 111). Esses corpos miseráveis, não produtivos do ponto de vista do capital, não consumidores e, portanto, não cidadãos, são apresentados como *perigo social* e, portanto, dispensáveis (Coimbra, 2001).

Sociedade de controle, pós-panóptica, era do desengajamento social, da competição, do individualismo, de modos outros de confinamento. Acompanhando esse processo, “[...] o que está sendo implantado, às cegas, são novos tipos de sanções, de educação, de tratamento. Os hospitais abertos, atendimentos a domicílio” (Deleuze, 1992, p. 216), os CAPS (Vasconcelos; Mendonça-Filho, 2009).

Nesse contexto, parece instaurar-se um dado modo de funcionamento de uma política que serve para e à pobreza, para e aos *outros*, e não para todos os outros, mas para aqueles que, entre milhares de dispensáveis, conseguiram tirar *um bilhete na loteria*, tornando-se cidadãos-consumidores de políticas públicas, identificados, institucionalizados, entregando seus corpos para prescritores encarregados, a fim de, agora, sim, se tornarem possuidores de direitos. Dessa forma, se continua a vender a ilusão de *positividade* do modelo de organização social (Vasconcelos; Mendonça-Filho, 2009; Mendonça-Filho; Vasconcelos, 2010).

Mutações dos Corpos?

Mais uma dose? É claro que eu tô a fim.

A noite nunca tem fim. Por que a gente é assim?

(Frejat/Cazuza/Ezequiel Neves, 2007)

O modo de produção capitalístico sofre alterações ao longo de seu percurso. Com elas, são solicitados outros modos de subjetivação, outros efeitos de poder, outros corpos. Muito já foi comentado sobre a fabricação e gestão do corpo do trabalhador livre, que era, na verdade, livre apenas para vender sua força de trabalho. Momento em que, para manter-se vivo, para ser trabalhador, o sujeito precisava de um mínimo, necessitando produzir e gastar energia moderadamente. Por outro lado, mediante o mandamento do comedimento, ele tinha um máximo com o que aspirar. Nesse momento, “[...] o principal cuidado, portanto, é com a *conformidade*: manter-se seguramente entre a linha inferior e o limite superior – manter-se no mesmo nível [...] do vizinho” (Bauman, 2001, p. 90-91). Saúde, no contexto dos produtores, era tida como um padrão a ser atingido, “[...] refere-se a uma condição corporal e psíquica que permite a satisfação das demandas do papel socialmente designado e atribuído – e essas demandas tendem a ser constantes e fixas” (Bauman, 2001, p. 90-91).

Já, nas sociedades dos consumidores, livres apenas para escolher o que ser no *supermercado das identidades* (Bauman, 2001), o mandamento é outro. Sua vida é orientada por desejos voláteis, sem referências fixas, uma vida em que nenhum vizinho em particular pode oferecer parâmetros, tendo-se “o céu como único limite [...]”. O principal cuidado diz respeito à *adequação*, a estar “sempre pronto” (Bauman, 2001, p. 91) para experimentar novas sensações e desenvolver novos desejos. Saúde aqui é metamorfoseada no ideário da aptidão, do *fitness*, de um corpo que precisa ser modificado, modelado, embelezado o tempo todo até os limites do impossível. “‘Estar apto’ significa ter um corpo flexível, absorvente e ajustável, pronto para viver sensações não testadas e impossíveis de descrever de antemão [...]”, a superar-se (Bauman, 2001, p. 91). Saúde é aqui entendida não mais como ausência de doença, mas como *um plus*, um superávit de energia e de vitalidade.

Nesse cenário, tudo e todos são tidos como mercadoria, os corpos são valorizados por sua capacidade de consumo, submetidos à exigência por instantaneidade e versatilidade. *Tempo das urgências*, nosso tempo, tudo urge. Somos viciados por instantaneidade, tudo deve ser rapidamente consumido e resolvido. As sociedades do consumo caracterizam-se, então, por se constituírem como *sociedades do descarté*, em que se joga fora tudo, posto que tudo se torna obsoleto: valores, estilos de vida, relacionamentos, apego às coisas, identidades, para, logo em seguida, se colar a outras expostas no mercado. “Uma vez mais a política (aí singela e delicada, mas contundentemente sentida e eficaz) no corpo”, biopolítica (Piovezani Filho, 2004, p. 149-50). Somos *toxicômanos de identidade* (Rolnik, 1997).

Tempo de adicções. Uma faceta contemporânea da medicalização da sociedade, logo ali ao lado da indústria farmacêutica, impera. Tempo em que a palavra de ordem aos sujeitos e seus corpos é “[...] o domínio químico das peripécias do cotidiano”, “[...] é preciso então dopar o sujeito para que suporte as pressões do cotidiano” (Couto, 2009, p. 45). Produz-se, assim, uma “fila agonizante” de doentes crônicos culturais: *corpos dopados* (Couto, 2009, p. 44).

Tempo do cada um por si e todos pela felicidade, então, nos embalos de Ivete Sangalo e Claudinha Leite, *não me conte seus problemas* (Cazuza; Rebouças, 2005) porque “eu quero mais é *beijar na boca* (Gogh; Tom, 2008) e ser feliz daqui para frente, sempre”. Nesse contexto, “[...] o entorpecimento se tornou uma maneira de se adequar aos desafios da vida no capitalismo avançado [...]”, inaugurando-se e radicalizando-se “[...] o princípio *self-service* das emoções e dos prazeres oscilantes, na consagração do presente marcada pelas urgências”, numa tara do agora (Couto, 2009, p. 45). Nesse tempo, em que “[...] ser feliz virou uma obrigação, [...] a felicidade é extraída dos armários de remédios” (Couto, 2009, p. 49), das tarjas pretas, do uso de drogas lícitas. E ilícitas.

Nesse tempo de “banalização dos entorpecentes” (Couto, 2009, p. 49), as drogas, assim como os corpos, tornaram-se mercadoria a serem consumidas. Assim, não importa o quanto as coisas fiquem mal, o quanto a vida é miserável, as drogas fazem as pessoas se sentirem *sempre* bem: dopadas. E assim

vivemos, dopados e felizes, “uma felicidade que só se sustenta com mais uma dose” (Couto, 2009, p. 52). Eis o paradoxo contemporâneo: defrontamo-nos com uma escalada do uso de drogas, no sentido da banalização do consumo e, ao mesmo tempo, somos subjetivados por discursos sanitaristas, proibicionistas, moralistas que reiteram o *mito* de uma sociedade sem drogas, sustentando, por exemplo, campanhas que alegam que não devemos nelas nem pensar e, assim, seguimos entorpecidos.

Todavia, lembremos: “[...] não se deve falsear a apreciação do possível sustentando que ‘as coisas são o que são’, [que ‘essa é a realidade’], pois, justamente, não há coisas: só existem práticas” (Veyne, 2008, p. 264). Outras práticas sempre são possíveis, desse modo, as coisas não seguem sendo o que são e nelas podemos interferir.

Corpos que (re)Existem

Uma vez que poder é embate, “[...] ativação e desdobramento de uma relação de força” (Foucault, 2001, p. 176), esse embate traz consigo a possibilidade de resistências, de constituição de novos modos de subjetivação, situados aquém e além dos modos biopolíticos. Dessa forma, não podemos esquecer que, logo ali, espreitando o cotidiano e imerso nele, experimentam-se pontos de resistência inscritos nos intervalos de domínio da biopolítica. De modo mais amplo “[...] há resistências a essas massivas produções de subjetividades” (Coimbra, 2001, p. 134). Há movimentos de recusa, de protesto contra as subjetivações capitalísticas, os quais abrem espaço para outras sensibilidades, percepções, outras formas de relação consigo, com o outro e com o mundo, outros modos de produzir subjetividade, outras histórias, outros corpos.

O contemporâneo, *nossa habitação*, nos solicita a construção de novas armas, novas formas de resistência-criação para fazer frente a esses novos arranjos biopolíticos. Ele anuncia a importância em se criar e se agenciar com uma (micro)política de resistência “de perfil contra-hegemônico” (Neto, 2000, p. 110), ou melhor, de perfil anti-hegemônico (Ceccim; Merhy, 2009). Nessa direção, nos indica Coimbra (2001, p. 254) que:

[...] há linhas de fuga, há singularidades atrevidamente construídas; há, enfim, vida pulsando nos mais diferentes territórios, por mais que sejam estigmatizados, rotulados, desqualificados ou mesmo negados. Há rupturas sendo produzidas por mais microscópicas, pequenas e invisíveis que sejam.

Deleuze (1992, p. 189), por sua vez, afirma que “[...] talvez seja até preciso dizer que em muitas formações sociais não são os senhores, mas antes os excluídos sociais, que constituem focos de subjetivação”. “Talvez sejam esses grandes restos minoritários que o controle não sujeitou, os únicos em condições de realizar enfrentamento” (Neto, 2000, p. 112).

Bússolas de Pesquisa

Onde pousar nossa atenção? Que território de observação construir? “A apreensão de material em princípio desconexo e fragmentado, de cenas e discursos, requer uma concentração sem focalização, [...] uma atenção à espreita” (Kastrup, 2007, p. 15), um rastreio, “uma seta no alvo, mas o alvo na certa não te espera” (Moska, 1997). “Uma atenção que rastreia, que detecta pontas de um processo em curso. Tudo caminha até que a atenção, numa atitude de ativa receptividade, é tocada por algo” (Kastrup, 2007, p. 19). Sem conhecer o alvo a ser perseguido, de repente ele surge mais ou menos de forma imprevisível: a pesquisa versa sobre produção de corpos normalizados/identificados bem como de suas reexistências num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para Álcool e outras Drogas (AD) de Aracaju-SE. Neste espaço, intenta-se abrir possibilidades de pensar conexões entre dois temas que acreditamos importantes, mas ainda pouco explorados no terreno da Reforma Psiquiátrica: álcool e outras drogas e relações de gênero, sobretudo, arranjos de masculinidades. Pretende-se, assim, analisar práticas produtoras de corpos masculinos nesse serviço. Com o objetivo de rastrear movimentos de captura e resistência-criação neste campo, optamos por três caminhos-pistas:

1) Seguir trajetórias de usuários e usuárias⁷ de drogas e do CAPS AD, que experimentam viver na rua, e analisar como tais trajetórias são subjetivadas no espaço institucional do CAPS⁸. Pretendemos analisar como se dá, no espaço do CAPS, a negociação de versões que produzem um jogo discursivo sobre masculinidades. Nesse sentido, não pensamos que os homens, nem os marcadores sociais – identitários diga-se de passagem – a ele atribuídos (de classe, raça, religião, faixa etária, de gênero, de sexualidade etc.), nem mesmo o humano, ensejem o limite para o jogo performático⁹ masculino. O modo de funcionamento desse serviço, o próprio espaço físico, os documentos que ali circulam, os/as profissionais e seus modos de cuidados, os familiares e o modo como habitam o serviço, os movimentos de resistência dos corpos que ali circulam, todo esse entorno encarna, inscreve, prescreve masculinidades bem como faz as mesmas vazarem, seguirem outras rotas. Analisar, enfim, os arranjos de masculinidade que ali se constituem, eis um dos objetivos da pesquisa em andamento.

2) Ter como norte uma ética do cotidiano. Isso porque ali, no *trivial*, no *ordinário*, junto aos corpos e às práticas das pessoas, verdades para além da história oficial e da *ótica dos vencedores* (Foucault, 2001) parecem vir à tona. A história oficial, mais do que simplesmente uma história dos vencedores, é uma história que se busca essencialista, e desde sempre no caminho *certo*, que é entendido, ao mesmo tempo, como caminho do *bem*. Dessa forma, tal forma de narrar a história tende a apagar as hesitações, as resistências, os caminhos que foram pensados para seguir e depois foram abandonados, as vozes discordantes, elementos fortuitos e contingentes que conduziram o processo para um lado

ou para outro, ou ainda para muitos lados, expandindo-os. Enfim, a história oficial busca se apresentar como caminho desde sempre a ser seguido e, por isso, não gosta do *pequeno*, do *trivial*, do *ordinário* – posto que este tende a ser um terreno afeito a descontinuidades, hesitações, agitações, movimentações –, aliás, ela gosta do extraordinário, do extraordinariamente *reto* e generalizável.

Justamente na tentativa de resistir a tal retidão e generalizações, nós temos como escopo de nossas pesquisas a interferência no cotidiano dos serviços e políticas de saúde estudados. Ali há movimentos de recusa, de protesto contra as subjetividades produzidas pelas pedagogias político-culturais vigentes. As histórias destes serviços e políticas e de seus funcionamentos, dos trabalhadores e trabalhadoras que ali circulam, dos usuários e usuárias, seus percursos, seus corpos, podem funcionar como analisadores dos modos atuais de subjetivação de nossos corpos, “embaralhando formas e modos de funcionamento já dados” (Benevides, 2002, p. 175).

3) Pensar o método como estratégia político-afetiva¹⁰. Visamos acompanhar um processo, “investigar um processo de criação” (Kastrup, 2007, p. 15), inclusive de métodos, procedimentos, itinerários de pesquisa. Aqui pensamos o método como uma estratégia política e não um mero procedimento prático-instrumental, a partir do qual, se rigorosamente utilizado, se é capaz de produzir *Verdades* sobre um mundo pré-determinado. As definições de método, ou de metodologia, em uma pesquisa, em um trabalho de campo, são sempre simultaneamente políticas e técnico-científicas, uma vez que não temos como separar a produção do conhecimento do interesse em produzir este conhecimento. Aqui a ideia de interesse se articula com a ideia de implicação: estamos sempre implicados naquilo que pesquisamos, naquilo que escrevemos, naquilo que analisamos, daí acharmos importante desenvolver a análise de tais implicações. A partir de tais considerações, por meio do que intitulamos de pesquisa-interferência, visa-se o desenvolvimento de uma capacidade analítica e, com ela, de um potencial de interferência nas relações cotidianas, no sentido de (re)ativar o desejo nas pessoas, os quais podem tensionar os interesses institucionais (Mendonça-Filho; Vasconcelos, 2010).

Aqui cabe definir desejo e instituições, termos caros para nossa pesquisa e que tomamos de empréstimo da socioanálise francesa em articulação com a esquizoanálise. Entendemos o desejo como produção coletiva:

[...] não é um negócio secreto ou vergonhoso como toda psicologia e moral dominantes pretendem. O desejo permeia todo campo social [...]. Por não querer me atrapalhar com definições complicadas, eu proporia denominar desejo a todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores. [...] O desejo, em qualquer dimensão que se considere, nunca é uma energia indiferenciada, nunca é uma função de desordem. Não há universais, não há uma essência bestial do desejo. *O desejo é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo* (Guattari; Rolnik, 2000, p. 215-216).

As instituições, por sua vez, são entendidas aqui como lógicas que visam regulamentar a vida. Através delas se objetivam e se legitimam valores, se reificam práticas, se naturalizam objetos. Tensionar os interesses institucionais para, dentre outras coisas, problematizar a naturalização do objeto *corpo* e do objeto *masculinidade*¹¹. Ao contrário, entendemos tais objetos como correlatos de práticas histórico-políticas. Com isso, questionamos a fixidez e naturalização dos marcadores sociais, sobretudo os de gênero e de sexualidade, e a *impossibilidade* de aventurarmos experimentações fora dos mesmos. Os corpos sempre desejam para além dos desejos de conservação! Os corpos sempre podem mais!

Da Construção do Problema de Pesquisa¹²

No seio de tais discussões teórico-conceituais, articulando-as com as práticas que observei e exerci no campo de atuação profissional, a saber, a rede de saúde mental de Aracaju-Sergipe, vai tomando forma meu problema de pesquisa: produção de corpos (masculinos) normalizados e suas teimosas reexistências num CAPS¹³ AD, bem como em seu entorno.

Com a Reforma Psiquiátrica brasileira e a mudança no modelo assistencial¹⁴, surge a proposta de uma política – Política Nacional de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas – e, junto com a mesma, de um CAPS específico voltado para o cuidado de pessoas com transtornos causados pelo uso prejudicial e/ou dependência de álcool e outras drogas, CAPS AD. A perspectiva é a de prestar assistência para o usuário de drogas que, *de fato*¹⁵, necessite de cuidados em saúde, buscando-se, sobretudo, suplantar a exclusão, a estigmatização, o isolamento, a individualização e biologização da problemática complexa das drogas (Brasil, 2004).

Como cientistas, como pesquisadores, como trabalhadores, como militantes “[...] são nossas práticas que estão afirmando ou negando certos modelos, produzindo, enfim, os mais diferentes objetos, sujeitos e saberes que estão neste mundo” (Coimbra, 2001, p. 255). Não perdendo tal indicação de vista, partindo de minha inserção-implicação com a rede de saúde mental do município de Aracaju-Sergipe, munida do objetivo de colocar tal implicação em análise, o grande desafio se apresenta em forma de pergunta: como operar a partir da máquina de Estado sem me deixar seduzir, como tantos companheiros/as de militância, pela crença no Estado Democrático de Direito? Como criar possibilidades de escape a tal sedução? De outro modo, se poderia dizer que o grande desafio é a *desidealização* do modelo psicossocial e, junto com ele, dos CAPS assim como a *desidealização* do Estado. Como resistir-criar, a partir e por entre os espaços que tenho ocupado no interior da rede de saúde mental aracajuana (estagiária, trabalhadora, gestora, militante, pesquisadora)?

Respalhando-me, então, numa ética da diferença, do desvio de rotas, da produção desejante, da inventividade – por mais difícil, doloroso e impossível que pareça ser criar nas condições citadas acima –, o objetivo é o de procurar

e embarcar nos movimentos de ruptura, subjetivações, singularizações. Nesse sentido, o próprio ato de pesquisar pode ser pensado como uma força disruptiva. Destaco agora alguns procedimentos, levantamentos, situações, fazeres e dizeres anotados em diários de campo, assim como observados durante meu percurso na rede de saúde mental de Aracaju e, em particular, no CAPS AD¹⁶. Uma cena que, vivenciada neste espaço, me fez pousar a atenção no tema *relações de gênero e sexualidade*, mais precisamente masculinidades e heteronorma:

Um profissional me pergunta se é melhor ser amado ou odiado. Ele prossegue relatando que um usuário, sempre que bebe, chega lhe fazendo declaração de amor, de admiração. Ele diz: *Ainda por cima, na frente de* [verbaliza o nome de um outro técnico]. Minutos depois, ele levanta a camisa, mostrando o peito para um usuário, perguntando-lhe: *Você acha que devo depilar ou prefere peito cabeludo?*. O usuário se irrita, diz que não é do *babado* e sai resmungando. O técnico fica, então, cochichando com outra profissional. Eu lhes indago sobre o que estão conversando e ele responde: *Não é nada não, é a perversidade desses usuários [...]. Este aí, quando está bêbado, a traseira é de todo mundo.* De quem é a perversidade mesmo? Sigamos com alguns dados produzidos...

Num levantamento realizado em agosto de 2007 no CAPS AD em questão, tinha-se que: dos 187 usuários/as cadastrados/as, 174 eram homens e 13 mulheres, o que dava uma porcentagem de 93% e 7%, respectivamente. Além disso, tais dados já apontavam uma mudança de perfil dos usuários acolhidos: se antes se tinha uma maior inserção de adultos/as e idosos/as alcoolistas, estava ocorrendo progressivamente a admissão de um número considerável de adolescentes e jovens, usuários de crack principalmente. Em agosto de 2007, dos 187 usuários/as inseridos/as, 150 (80,22%) tinham como principal droga utilizada o álcool. Assinale-se, ainda, que 44,38% destes usuários/as estavam na faixa etária dos 35 aos 50 anos. Já entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008 começa a haver um redimensionamento mais significativo desse perfil: dos 44 acolhimentos realizados no CAPS AD, 24 foram de usuários/as de crack, sendo que apenas 03 mulheres procuraram o serviço. Destes/as 24,15% apresentam faixa etária entre 17 e 29 anos, ou seja, 62,5%.

Alguns desses homens tendem a frequentar e até mesmo a morar num cemitério que se localiza próximo ao CAPS, sob a justificativa de que ali é *um lugar seguro*. Ali, nas rodas da oficina de redução de danos¹⁷, eram comuns narrativas que pontuavam que o uso prejudicial de drogas associa-se ao desemprego, à falta de vínculos familiares e sociais. Saliente-se que estamos vivendo o momento histórico-político das sociedades do espetáculo¹⁸, em que somos valorizados pela condição de consumidores, momento este caracterizado pela estetização da realidade, a qual vem acompanhada pela estetização do corpo. Neste cenário em que se exalta a beleza e a relevância social do corpo sadio = corpo em forma, compondo com a justificativa de que o cemitério é um lugar seguro, parece que os próprios *donos* destes *corpos abjetos*, corpos que não importam atestaram sua morte social (Butler, 2007). A morte física costuma

vir logo em seguida regada a comorbidades não tratadas, já que não é fácil para esses usuários terem acesso aos serviços de saúde. Por que não é? Aliada a essa dificuldade de acesso, numa espécie de adeus ao corpo, muitos deles não desejam o tratamento e apresentam vários *comportamentos de risco*, tais como o *simples* utilizar o mesmo copo, mesmo depois de uma longa conversa sobre os riscos aí envolvidos, daí a expressão *companheiros de copo* (Bauman, 2001; Butler, 2007).

Quincas...

Lembremos a história do personagem de Jorge Amado. Em *A morte e a morte de Quincas Berro Dágua* (2008), temos duas vidas e duas mortes. Duas masculinidades, dois jeitos de *ser* homem, em dois momentos históricos distintos. No primeiro momento, Joaquim Soares da Cunha, com uma carreira como servidor público, uma vida com economia de palavras. Esposa e filha portadoras de *atributos masculinos*, mulheres que mandam nos maridos, lembremos a esposa Otacília, com quem não adianta discutir, pois “[...] ela acaba sempre por impor suas opiniões e seus desejos” (Amado, 2008, p. 34). Parece não ser possível conviver, no mesmo casamento, duas masculinidades. Desta forma, se a esposa é masculina, a ele cabe o papel feminino. Num segundo momento, Quincas, duplo de Joaquim faz dez anos, bebedor, cachaceiro, falastrão, mulhereço, homem por todas desejado, amigo dos outros homens, herói e referência na roda social, “[...] o rei dos vagabundos [...]”, “o filósofo esfarrapado da rampa do mercado” (Amado, 2008, p. 39), “homem bom”, “o pai da gente” (Amado, 2008, p. 56).

Se antes tínhamos a domesticação do gênero e da sexualidade pelo sistema trabalho-emprego-família-serviço público, depois vemos Quincas vivendo uma masculinidade não domesticada, *de rua*. No primeiro momento, o privilégio de uma moral do trabalho, da seriedade, do homem provedor, sisudo. Num segundo momento, o privilégio do riso, do gozo, da bebida, a ausência de trabalho, as redes de amizade provendo o sustento, o gosto da amizade. Antes e depois, João e Quincas. No homem provedor, a lógica individualista. No Quincas bebedor, a vida no coletivo, com amigos de bar, mecanismos de ajuda mútua, circulação generosa do afeto. Morador alegre de ruas alegres, homem dono da rua *versus* pai de família, inválido por sua validade, homem entristecido.

Retomemos a seguinte afirmação: “[...] o corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural” (Le Breton, 2007, p. 26). Comendo com tal assertiva, Louro (2004, p. 89) assinala que: “[...] nomeados e classificados no interior de uma cultura, os corpos se fazem históricos e situados. Os corpos são ‘datados’, ganham um valor que é sempre transitório e circunstancial”. No interior de uma cultura, de um contexto histórico-político específico, os corpos são produzidos por inúmeras marcações: de gênero, de sexualidade, de classe social, de raça/cor, de religião, de faixa

etária, de região etc. Os corpos são, então, montados por tais marcas, marcas de poder. A partir delas, eles são classificados, hierarquizados, “indiciados”, “[...] podem valer mais ou menos” (Louro, 2004, p. 89) num dado contexto.

Minha pesquisa aborda corpos que, no nordeste, na capital do menor estado do Brasil, valem muito pouco. Valem alguma coisa? Para quem? Para quê? O que podem esses corpos? Num contexto de capitalismo financeiro, em que drogas e corpos, em que tudo e todos são tidos como mercadoria, em que os corpos são valorizados por sua capacidade de consumo, o corpo desses homens que não têm capacidade de consumir, consumidos pela dependência e tudo que a mesma reflete, são apagados, tornados invisíveis posto que dispensáveis, mortos-vivos. Quando ousam aparecer, aparecem como *minoría* – em quantidade? –, *Outros*, *outsiders*, vítimas a serem socorridas, ou demônios rotulados de vilões, vagabundos, criminosos, drogados, traficantes e ladrões (mesmo sem sê-lo), tantas tarjas que nos distanciam de pensar-inventar sobre os mesmos e sobre nós mesmos.

Num momento do capitalismo em que se solicita que tudo seja leve, que tudo desincorpore, há que se “[...] diminuir o peso do corpo. O corpo deve ser diluído no ritual, deve passar despercebido, fundir-se nos códigos” (Le Breton, 2007, p. 50) e cada pessoa deve encontrar na outra o espelho de si mesma. Se, por algum motivo, há impossibilidade de identificação com o corpo do outro, instaura-se o estigma: as pessoas que têm alguma deficiência física ou sensorial, pessoas catalogadas como doentes mentais, gordas, *drogadas*, seus corpos não passam despercebidos. “Quando os limites de identificação somática com o outro não mais ocorrem, o desconforto se instala. O corpo estranho se torna corpo estrangeiro e o estigma social ocorre com maior ou menor evidência conforme o grau de visibilidade da deficiência [...]” (Le Breton, 2007, p. 50) ou das dimensões, dos sabores, odores, vapores que emanam do corpo. A esse respeito, saliente-se o *mau* cheiro dos/as usuários/as do serviço: cheiro de sujeira, cheiro de álcool, de urina, de cocô, bafos, cheiros que lembram que somos de carne e osso, apesar do *pavor da carne* em tempos em que as imagens de um corpo ideal-inorgânico-imaterial veiculam para serem consumidas, apesar de nunca encarnarmos-desencarnando tal corpo: vende-se a imagem de absorventes e fraldas inundados por um líquido azul, o sangue é azul, de quem?

Nesse cenário, disseminam-se práticas discursivas e não-discursivas midiáticas e midiáticas, as quais controlam ou, ao menos, tentam controlar os usos do corpo: se nascemos e morremos inseridos na *Ordem Médica* (Clavreul, 1978), dos exames pré-natais à verificação na autópsia; dormimos e acordamos imersos na ordem midiática. A TV, o rádio, a internet entram casa a dentro, vinte e quatro horas, nos trezentos e sessenta e cinco dias do ano. Numa época em que a lógica que rege o controle dos corpos não é mais a do comedido, da conformidade, de um *estar na média* e sim de um *mais saúde*, ou seja, num contexto em que saúde é metamorfoseada no ideário da aptidão, do *fitness*, de um corpo que precisa ser modificado e modelado o tempo todo até os limites do impossível, como bifurcar? Como furar o cerco dessas relações de poder

que constroem corpos, ainda dóceis?

A pesquisa visa abordar os corpos de usuários/usuárias que frequentam um CAPS AD, corpos institucionalizados, corpos contemplados, incluídos pela política de saúde mental da cidade, corpos a serem corrigidos, ou melhor, utilizando uma nomenclatura politicamente correta, reabilitados. A pesquisa também deseja acompanhar as trajetórias desses corpos para além do espaço institucionalizado do CAPS, em seu encontro com a rua. Dentro e fora dos CAPS tratam-se dos mesmos homens e mulheres, das mesmas masculinidades e feminilidades, das mesmas sexualidades? Ou, o espaço do CAPS e o da rua solicitam homens e mulheres diferentes, masculinidades e feminilidades diferentes? Que trânsito entre e por entre essas extremidades o espaço do CAPS e o espaço da rua permitem? Em que esses espaços convergem no que diz respeito à produção de gêneros e sexualidades?

Os homens e mulheres que frequentam o CAPS, marcados por uma série de *tarjas pretas* – usuário/a de drogas, pobres, negros/as, feios/as, moradores/as de rua, desempregados/as, moradores/as da periferia, *Outros*, tornam-se alvo de correção. Essa é a melhor das hipóteses para esse grupo minoritário, em que a maioria de seus membros cumprem penas maiores do que frequentar um Centro de Atenção Psicossocial: aí, pelo menos, esses homens e mulheres são suportados/as, desde que permaneçam circulando no espaço restrito, mesmo que se pregue a tão almejada inclusão social. Neste local, “[...] uma série de estratégias e técnicas poderá ser acionada para recuperá-los[as]: buscando curá-los[as], por serem doentes, ou salvá-los[as], por estarem em pecado, reeducando-os[as] nos serviços especializados, [...] reabilitando-os[as] em espaços que os[as] mantêm a salvo das más companhias” (Louro, 2004, p. 88).

Faz parte dessa (re)educação o acoplamento desses homens e mulheres a identidades de gênero e de sexualidade, a certa configuração hegemônica de masculinidade e feminilidade. A fala de um usuário em um grupo focal, *o CAPS me ajudou a voltar a ser homem* (sic), dá a pista sobre a imbricação deste serviço com normas de gênero, com pedagogias corporais. O que faz com que projetos terapêuticos tendam a se traduzir em projetos pedagógicos articulados com o objetivo de incorporação de hábitos e valores que possam dar suporte à sociedade mais ampla, entendida como corpo social; que pudesse preparar esses homens e mulheres moral e fisicamente, tendo por base uma educação de seus corpos, de seus gêneros e suas sexualidades, uma educação eficiente na produção de corpos capazes de expressar, exhibir normas e marcas corporais das sociedades capitalísticas (Louro, 2004). Produzir homens e mulheres *de verdade*. E homens de verdade fazem uso controlado das drogas, são pais de família, sustentam suas casas, não perambulam pelas ruas da cidade, não têm tempo livre, têm seu tempo dividido entre o trabalho e a gestão de sua casa.

A rotina de um CAPS parece funcionar articulada a essa tentativa de produzir esse homem *de verdade*: inserindo os usuários (e as usuárias) em *grades* de atividades que acontecem nas mais variadas horas do dia e as quais eles (e elas) devem frequentar, sob pena de se alegar que não se está aderindo ao

tratamento. Tende-se a exigir que os usuários (e as usuárias), mesmo aqueles (e aquelas) que trabalham a noite inteira, venham ao serviço às 8 horas e participem das atividades; se dormirem, se não desejarem frequentar os espaços e atividades propostos, mesmo reclamando da automação, falta de sentido, *chatice* dos mesmos: *tá vendo, usuário de droga não adere ao tratamento, só vem pra cá pra não fazer nada ou pra fazer confusão*. Muitas vezes, ainda se exige abstinência para que eles (e elas) frequentem o serviço. Fala-se de resgate de laços familiares e sociais, laços esses de sujeição e adoecimento.

Mas como ser homem *de verdade* num tempo de escassez de trabalho? Por que não se falar de invenção de novas relações, inclusive com os mesmos membros familiares? Por que o/a usuário/a não pode dormir no serviço de dia, se passou a noite toda na rua, alerta? Por que não pode vir e não fazer nada? Por que não considerar as novas relações como potencializadoras de vida? Por que eles/elas não podem vir sob abuso? Por que, quando vêm, são punidos, mesmo que com olhares discretos? Por que os/as trabalhadores/as sentem-se culpados/as quando isto acontece? Essas são perguntas que alguns/algumas profissionais e usuários/as se fazem. Muito em nós é captura, mas algo em nós pulsa e pede por novos territórios existenciais e de cuidado.

Existem muitos Quincas. Esses muitos homens estão prestes a morrer ou já morreram. Talvez por isso, ali, mais do que em qualquer outro lugar destinado à assistência à saúde, eles costumam chegar sozinhos, almas-vivas, ou acompanhados de membros da família que, em sua maioria, os trazem com o objetivo de tentar resgatar a memória limpa e reluzente de seus homens, ou, já desiludidos, vêm apenas para depositar um corpo que vai morrer daqui a pouco.

Essas famílias não estão chorando pela morte, choram pela atual vida de seus homens: cidadãos transmutados em vagabundos, em marginais, por causa da cachaça, dos amigos, da rua, da jogatina, do diabo. Para eles, só resta a morte: a morte familiar e social. Ao decretá-los mortos para a sociedade, falam deles no passado e, mesmo assim, quando as circunstâncias obrigam a eles se referir. Na verdade, a morte, a derradeira, seria – e é, porque ela vem logo para eles – um alívio para a família: de agora em diante já não seria mais a memória dos homens, cidadãos, bons trabalhadores, bons filhos, bons maridos, bons pais, “[...] perturbada e arrastada na lama pelos atos inconsequentes do vagabundo” e do marginal em que eles se tornaram (Amado, 2008, p. 19).

Enganam-se os que dizem, de maneira simplista, que o sofrimento desses homens decorre da dependência química, da droga, da pinga, da pedra-noventa, da cachaça, do álcool, desse mal, desse diabo líquido. Ou dos diabos em folha (maconha), em pó (cocaína), em pedra (crack), injetável, às vezes esses diabos se encontram articulados... O sofrimento desses homens é, sobretudo, ético-político (Sawaia, 2004), é tecido na trama desse apagamento, desse processo de mortificação social, de estigmatização que passa a acompanhar suas experiências, depois da metamorfose do homem em bêbado (drogado) animal, alijado de sua família, de sua casa, de seu trabalho, de sua vida, de uma suposta masculinidade. De agora em diante, são esses homens flagelos humanos, *humanos*?

Não é sem razão (razão?) que esses homens vivem o paradoxo: por um lado, ratificam cotidianamente o desejo de voltar para a família, sobretudo, o desejo de voltar a trabalhar, voltar a ser homem, homem trabalhador e de família. Por outro, falam, como se escapassem sem querer, de seu desejo de ficar assim como estão, borrando a imagem-clichê homem-trabalhador-pai de família: *Sabe qual é o problema? É falta de desemprego [grifos nossos], da sociedade que não nos dá uma oportunidade, da família que nos abandonou.* A sociedade, a família devem mesmo abandonar esses desertores, devem mesmo corrigi-los e/ou matá-los, antes que eles próprios o façam.

Para corrigir ou matar, de um modo politicamente correto, tem-se um remédio: se não mais, pelo menos não sempre, o internamento em hospitais psiquiátricos e as camisas de força químicas que substituem a química da droga, o CAPS. No CAPS, é até melhor porque esses homens podem ficar aqui dias e dias, meses e meses, anos e anos, mesmo quando não estão em *crise*. E aqui, eles tendem a ficar.

Lembremo-nos: o nosso suposto Estado Democrático de Direito funciona como um estado mínimo social e máximo penal, um modo de funcionamento estatal em que *tudo* vai para as malhas da justiça, em que o judiciário vai tomando conta de nossas vidas. Não é à toa que, para aqueles que são pegos usando drogas no meio da rua, a justiça costuma instituir o tratamento no CAPS como punição. Institui a punição-tratamento sem levar em conta o desejo do/a usuário/a de se submeter a uma terapêutica e, mais do que isso, sem levar em conta a necessidade mesma de tratamento desses homens e mulheres. Afinal, quem deveria fazer a análise dessa demanda: a justiça ou a saúde? Questão de difícil resposta, em tempos em que a judicialização da vida avança. Nesses tempos:

Todos nós estamos cumprindo pena: a pena de subsumirmos nossos corpos a uma existência normalizada. Nossos corpos, virtualmente, são culpados. O corpo é um aberto de possibilidades e a culpa advém dos nossos corpos insistirem, na maioria das vezes de forma inconsciente, em extravasar as fronteiras desse possível pré-estruturado, dessa campânula de vidro em que nos colocaram (Mendonça-Filho; Vasconcelos, 2010, p. 141).

Há muito tempo, nas sociedades ocidentais, a culpa de nossas imperfeições são depositadas no corpo, as sujeiras na alma advêm do corpo. Nos tempos de hoje, sujeiras, culpas e imperfeições são ainda mais atributos dos corpos, ou parecem ali se apresentar de forma visível, é ali que somos interpelados. Nossos corpos devem ser vigiados. Esses homens usuários de álcool e outras drogas estão cumprindo pena: ao ousarem borrar e interrogar o ideal de limpidez, do *tudo está sob o controle*, dos corpos normais, corpos sãos, corpos fortes, corpos aptos, os corpos desses homens tornam-se corpos identificados, corpos abjetos, que nos oferecem o limite. Como? Limitando-os. Homens, corpos não cidadãos, agora adoecidos e não mais criminosos, devem cumprir pena não

mais no presídio, não mais no hospital psiquiátrico, mas no CAPS.

Ir, frequentar o CAPS, essa é a pena a cumprir se desejam se tornar novamente cidadãos, consumidores, consumidores de políticas públicas. Lá, eles comem, bebem, dormem de dia, o que não podem muitas vezes fazer de noite. Lá, para não perderem a vaga que ganharam na loteria, muitos fingem, até para si mesmos, querer voltar a ser *homem*, trabalhador, homem honrado, bom filho, bom marido e bom pai. Lá, eles cumprem pena. Esses homens, esses corpos fingem para se adequarem à performance esperada e, assim, valerem mais, ou pelo menos, valerem um pouco mais do que nada. Lembremos que, em nossos tempos e em nossas culturas, ainda se articula homem-heterossexualidade-paternidade-trabalho. Além disso, acrescenta-se uma pitada de músculos torneados, três colheres de muita iniciativa e uma ideia na cabeça: a do homem empreendedor de si mesmo. Esses são os ingredientes que devem conter na performance esperada para o corpo de um homem *de verdade*.

Outra cena: um usuário, ao longo de um ano, afirmava recorrentemente para uma profissional seu (seu?) desejo de voltar a trabalhar. Eles dois juntos, como parte de seu projeto terapêutico, traçaram, então, possibilidades para alcançar tal objetivo e, quando, por muitas vezes, estava tudo arranjado, ele escapava. Um dia, numa conversa entre os dois, ele conta para ela que o negócio dele é fazer de todas as suas tardes uma pescaria, é continuar pescando ali no rio. Numa conversa entre mim e ela, ela diz que entendeu ali que o desejo dele (dele?) de voltar a trabalhar era dela, como representante da sociedade, como agente penitenciária camuflada em agente de saúde, responsável direta pelos corpos. Ele apenas mimetizava esse desejo de Estado para conseguir com ela se vincular. Naquele dia, naquele dia sim, eles tinham se vinculado. Esse mesmo usuário, num evento de uma das semanas da luta antimanicomial, pega o microfone e, como quem com orgulho de poder dizer, pergunta: *quem aqui não tem vergonha de dizer que é cachaceiro?*. Na plateia, se erguem mãos e gritos: *Eu!!!!*.

Mas essas mãos e gritos são constantemente abafados, dentro e fora do CAPS, no cotidiano desses homens, por esses próprios homens. Ressalte-se aqui uma conversa com os facilitadores da oficina de música sobre a importância das apresentações do coral em outros CAPS, serviços de saúde, instâncias sociais e espaços comunitários no sentido de dar visibilidade ao cuidado oferecido no CAPS AD, bem como aos próprios usuários, na tentativa de desconstruir estigmas e discriminações. Essa oficina é frequentada por muitos usuários, que se apresentam, muitas vezes, sob efeito de drogas. Entretanto, esses mesmos usuários solicitaram cobrir as latinhas de cerveja com um papel para que não os associassem ao uso de álcool. O que isso indica?

Esse paradoxo de ode e ódio à cachaça é sempre entendido como um problema e como um problema desses homens e mulheres, só deles e delas: um problema individual, moral, de malandragem, de vagabundagem, eles é que escolheram essa vida imunda e devem pagar por isso, *eu tenho tanto problemas, minha vida não é fácil e nem por isso eu bebo, fumo, uso drogas*. Um problema de justiça, um problema criminal, muitas vezes mesmo em se

tratando de drogas lícitas. Ou um problema de saúde pública, mas resumindo-se o homem e a mulher que faz uso abusivo de drogas a um/a doente, o que, muitas vezes, incorre na articulação entre doença – tutela –, isenção de direitos e nem é preciso recordar que, muitas vezes, sob o nome de cuidado, tutelam-se corpos. Como bem pontua Guattari (Guattari; Rolnik, 2000), duas estratégias biopolíticas fundamentais para a tomada de poder sobre as subjetividades são justamente a culpabilização, muitas vezes, camuflada em responsabilização – que no contemporâneo vem recheada do discurso *auto-ajuda* do *faça você mesmo/a, só você pode se ajudar, só depende de você* –, e a infantilização: *você não sabe o que faz, precisa que alguém o diga*.

No CAPS, é comum a presença dessas práticas discursivas, as quais desdobram-se em outras práticas como, por exemplo, a de suspender/responsabilizar/culpabilizar um usuário que foi pego usando drogas dentro do serviço, para que ele, *à lá faça você mesmo/a, à lá botar de castigo para pensar*, se auto-policie, funcione como perito de si mesmo. E pensar para eles/elas, para todos nós, atualizar a vida que foi e a vida que tem sido, a vida que poderia ser, a não-vida, pensar é constatar a morte, pensar é sempre um castigo. Eles/Elas saem do CAPS e pensam? Pensar é um tormento, é tormenta, força a bifurcar. Eles querem? Queremos? Por que, ao invés de simplesmente ir para casa *pensar*, não se discute com eles/elas o que aconteceu, o que está acontecendo? Se brigou com a mãe, com a esposa, perdeu o trabalho, brigou na rua, não conseguiu o trabalho que disse que viria, foi desrespeitado, discriminado, lembrou do passado? E, lembrar do passado, sempre enche os olhos desses homens de lágrimas, como se, em certa medida, compartilhassem com suas famílias desse saudosismo pelo homem que eles foram. Por que não se pensa nem se discute nada com eles *em profundidade*? Por que o CAPS AD, mais do que qualquer outro, se transformou de um centro *carcerário* num centro de convivência, e não de atenção? Por que esses homens devem morrer?

No percurso desses homens, permanece certa confusão acerca e em torno de suas mortes. Como Jorge Amado (2008, p. 15), “[...] não sei se esse mistério da morte ou das sucessivas mortes [desses homens] pode ser completamente decifrado. Mas eu o tentarei, [...], pois o importante é tentar, mesmo o impossível”.

Jorge Amado (2008, p. 17-18) afirma que “[...] quando um homem morre, ele se reintegra em sua respeitabilidade a mais autêntica, mesmo tendo cometido loucuras em sua vida. A morte apaga, com sua mão de ausência, as manchas do passado”. Se, para a família, é melhor dar esses homens como mortos, no CAPS é o seu passado que parece morrer. Quando alguns desejam revisitá-lo, eles choram e pedem para mudar de assunto. Os prontuários também indicam esse apagamento do passado. Neles, encontram-se registros vagos e pouco consistentes em qualidade e quantidade de informações, sobretudo no que se refere ao registro dos acolhimentos iniciais, em que se deveria fazer o levantamento do *histórico* da pessoa, registrando/produzindo dados sobre seus vínculos familiares, vida escolar e laboral, vínculos sexuais-afetivos, histórico de internações clínicas e psiquiátricas, projetos de vida etc. O prontuário e, em

decorrência, os/as profissionais, parecem pactuar com essa necessidade de não mexer com a memória do morto: “[...] a memória do morto, como se sabe, é coisa sagrada, não é para estar na boca pouco limpa de cachaceiros, jogadores ou contrabandistas de maconha” (Amado, 2008, p. 17).

A memória do morto é coisa sagrada e, quando os/as representantes do Estado, especialistas, peritos/as, agentes de saúde, ousam aí mexer, é para daí extrair algum nexos causal e generalizável, na tentativa de recuperar/reabilitar/normalizar os cachaceiros/alcoólatras/alcoolistas/drogados/drogadictos. “Por que se entregara ele aquela vida de vagabundo? Algum desgosto? Devia ser com certeza!” (Amado, 2008, p. 21). Nessa direção, é importante assinalar que é comum narrativas de usuários de álcool apontarem que a dependência foi desencadeada após terem sido traídos por suas mulheres, como que maculando a imagem de *homem honrado* (Machado, 2004). No mundo da ordem, da moral e dos bons costumes, atualizados na moral contemporânea do espetáculo, não se admite que não se tenha uma causa, a ser encontrada num dito interior do indivíduo (no biológico ou no psicológico), para esse destino:

[...] Assim é o mundo, povoado de cétricos e negativistas, amarrados como bois na canga, à ordem e à lei, aos procedimentos habituais, ao papel selado. Exibem eles, vitoriosamente, o atestado de óbito assinado pelo médico quase ao meio-dia e com esse simples papel – só porque contém letras impressas e estampilhas – tentam apagar as horas intensamente vividas [...] [por eles] até sua[s] partida[s] (Amado, 2008, p. 14).

Alguém ousaria arriscar a dizer que há vida depois dessa morte social, que há vida, há prazer no uso e até no abuso e até na dependência do álcool? A sociedade, a cultura, a comunidade, a família do morto, os/as agentes de saúde, os/as agentes de Estado, os responsáveis diretos pelos corpos, nós afirmaríamos outra coisa a não ser não passar toda essa história de prazer “[...] de grossa intrujice, invenção de bêbados inveterados, patifes à margem da lei e da sociedade, velhacos cuja paisagem deverá ser as grades da cadeia e não a liberdade das ruas (Amado, 2008, p. 14-15)”, ou os muros físicos dos hospitais psiquiátricos ou ainda os muros mentais dos CAPS, daqui, de lá e de qualquer lugar?

Nesse sentido, não podemos perder de vista o *fato* de que a droga é um objeto a que damos significado: concentração de renda, exclusão, preconceito, estigma, omissão, extermínio. Enfocando-se apenas no indivíduo, perdendo de vista a importância de se colocar em análise esse imaginário social e, de modo mais amplo, todo movimento e produções sócio-políticas com relação à problemática complexa das drogas, mascaram-se as relações de poder que estão em jogo e trabalha-se apenas com as consequências, demonizando-se a droga como causa de todos os males. Pior, mantém-se o estigma e a exclusão. Nas sociedades e culturas ocidentais contemporâneas, partilhando-se de uma cultura proibicionista e de um discurso sanitarista – dos quais as próprias pes-

soas que compõem os serviços substitutivos tendem a corroborar, inclusive os usuários –, tende-se a pensar a droga como um vírus que precisa ser extirpado, e extirpado do interior de um indivíduo, do interior desses homens. Ou então é preciso extirpar estes homens da sociedade, porque eles são o vírus que infecta uma sociedade supostamente sadia.

Corpos criminosos, cujo destino é a prisão, corpos doentes, cujo destino é o hospital, corpos cidadãos, cujo destino é o CAPS, não importa, o objetivo tende a ser o mesmo: dissecar o corpo em órgãos, (de)limitar o corpo, adoecê-lo, sujeitá-lo pelo adoecimento, “um corpo pouco humano, limitado a seus órgãos e aos modos de evoluir da doença como uma história natural” (Ceccim; Merhy, 2009, p. 536). Esses corpos *apacientados* (Barone, 2009) costumam sofrer, à revelia de seus desejos, inúmeras intervenções assépticas da equipe de saúde a fim, única e exclusivamente, de curar-corrigir, “[...] produzir um sujeito saudável e funcional que consiga eliminar suas doenças” (Barone, 2009), neste caso, parar de usar drogas. Mas, e quando esses corpos enfermos ousam habitar uma espécie de limbo, um entre vida e morte? Quando eles não morrem, mas também não vivem, pelo menos essa vida funcional a que estamos habituados a chamar de vida (que vida!)? Não são corpos funcionais os corpos desses homens, não são corpos orgânicos em funcionamento, não são corpos produtivos – no sentido capitalístico –, tampouco morrem.

Algo em seus corpos tende a não se dobrar nem à forma corpo-vivo nem à forma corpo-em-recuperação, tampouco à forma corpo-morto. Corpos irrepresentáveis, impensáveis, corpos que produzem uma espécie de fissura nas representações – é, ainda insistimos no platônico entendimento de que nas cópias defeituosas, de que nossos corpos, *isso*, representam um corpo ideal saudável e funcional, habitante de um transcendental *aquilo* – de corpo e de saúde-doença-cuidado em voga: um corpo dissecado em órgãos ou, em sua versão *pós-moderna*, um corpo sem órgãos e sem doenças, ou melhor, um corpo digitalizado, com órgãos virtualizados, passível de adoecimentos, se não capturado por estratégias de controle sobre os modos de cuidar de si (Ceccim; Merhy, 2009).

Os corpos desses homens e mulheres parecem dar espaço para que novas forças entrem em cena, desnaturalizando tais representações, desestabilizando paisagens instituídas, dando passagem para novos sentidos, novas práticas, novas relações, novos possíveis, ali mesmo no contexto da *saúde*. Esse *estado de entre*, nem na vida, nem na morte, ocupado por esses homens e mulheres tende a produzir nas vidas que habitam esses corpos e seus arredores um estado de suspensão, um tempo em suspenso, uma tensão que parece produzir uma brecha, uma desaceleração, outra dimensão do tempo, mobilizando-se afetos, “[...] em outros momentos higienizados e imobilizados” pelo funcionamento dos serviços de saúde e interrompendo “a lógica de muito e rápido produzir corpos funcionantes” (Barone, 2009, s.p.). Para suportar habitar esse tempo em suspenso entre vida e morte outros recursos são acionados além de equipamentos, procedimentos, intervenções técnicas e medicamentosas e relações

assépticas mediadas pela rotina institucionalizada destes serviços. Como esses homens e mulheres, como nós temos acionado esses outros recursos nos espaços dos CAPS?

Cabe aqui um ditado popular: *é melhor ser bêbado conhecido que alcoólatra anônimo*. Para além de uma generalização, para além do estigma de alcoolista, aquém e além da morte social, preservando a memória desses homens, cidadãos do e somente no passado, se sabe muito pouco de suas histórias. No percurso desses homens, permanece certa confusão acerca e em torno de suas mortes e, mais do que isso, acerca e em torno de suas vidas, de como eles vivem atualmente, se eles podem menos ou mais do que antes, e em que sentidos. Se não sabemos se esse mistério da morte ou das sucessivas mortes desses homens pode ser completamente decifrado, tampouco sabemos se o pode ser o mistério de suas vidas. “Mas eu o tentarei, [...] pois o importante é tentar, mesmo o impossível” (Amado, 2008, p. 15).

Existem muitos Quincas. Jogo de espelhos, várias versões da morte e da vida, várias dobras. Entre a comédia e a farsa, o drama e a tragédia, o escravo e o nobre, entre capturas e resistências, eles vão tecendo vida e uma vida que não é só de restrição, de sofrimento, de apatia, de ressentimento, de rendição, de desespero, de solidão. Como habitantes da margem, suas vidas são também potência, alegria, resistência, prazer. Essa é a nossa aposta na pesquisa, essa é a direção que estamos propondo a partir de nossa inserção-implicação: “[...] abordar a vida pelo meio como máxima metódica” (Rocha; Aguiar, 2010, p. 77), vida e morte, masculino e feminino, homem e mulher, técnico e usuário, sujeito e objeto, indivíduo e sociedade, habitar o espaço híbrido do *entre*. Esses homens e mulheres, invisíveis e impensáveis para muitos, no CAPS AD são trazidos à luz dos guardiões da razão, visibilizados por meio de seu aprisionamento na identidade de *doentes mentais, drogados-drogaditos, alcoólatras-alcoolistas* ou *miseráveis*, no pior sentido do termo. A ousadia que se anuncia através do encontro com esses homens e mulheres usuários/as do CAPS AD e com tantos outros filhos abortados do contemporâneo é a de que, desse percurso, se desenrole o descaminho da e na nossa escritura, o descaminho, o borramento de algumas coisas bem delimitadas que supostamente sabemos, conhecemos, o descaminho de modos de conhecer, de pensar, de viver, de conviver, de habitar o contemporâneo. Escrevemos, então, como alguns outros – ainda bem! –, não para significar esse mundo, “[...] mas para cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (Deleuze; Guattari, 2000, p. 13). A partir desse objetivo, rastrear regiões por onde a vida transborda os quadros de referência e de inteligibilidade, mantendo-nos abertos ao irrepresentável e ao indizível, àquilo que está, ainda, por acontecer, na política de saúde mental, na política de álcool e outras drogas, nos serviços de saúde, nos CAPS e nas formas de pensar masculinidade, gênero e sexualidade nesses serviços, na cidade, nas ruas, na vida.

Terminemos em aliança com Rodrigues (2009, p. 205): “Se fui tão dura, o fui também comigo. Ao querer tecer/balançar a primeira rede (desinstitucionalizante), não me vejo, [...] desimplicada da segunda (manicomializante, em

sentido amplo)”. E assim, com a autora, fica o convite para uma *experimentação formativa* que se desenrole no cotidiano mesmo dos serviços, a partir dos problemas que ali aconteçam, estendendo ao máximo a prática do/a intelectual, pesquisador, profissional, militante *implicado/a* a ponto de torná-lo/a *implicante*, “[...] aquele que exige, de si próprio e dos demais, a cada ensinamento ou recomendação, a análise da *participação* de tal ensinamento ou recomendação na *produção* daquilo que aparentemente se *constata* como ‘problema de vida’” (Rodrigues, 2009, p. 206). Além disso, a participação desses ensinamentos e recomendações não mais – ou pelo menos não só – no condicionamento, mas na suplantação das experiências condicionadas pela sociedade da qual fazemos parte, no tempo em que a habitamos.

Para compor essa experimentação, figura maravilhosa é a do vagabundo Quincas de tantas mortes e tantas vidas, história tão inventada e tão *verdadeira*, que nos convida a acompanhar vidas e mortes de tantos Quincas viventes. Desse percurso, talvez possamos assistir a volta da malandragem e da alegria às ruas de nossas vidas.

Eis o malandro na praça outra vez
Caminhando na ponta dos pés
Como quem posa nos corações
Que rolaram dos cabarés

Entre deusas e bofetões
Entre dados e coronéis
Entre parangólés e patrões
O malandro anda assim de viés

Deixa balançar a maré
E a poeira assenta no chão
Deixa a praça virar um salão
Que o malandro é o barão da ralé
(Chico Buarque, 2006).

Recebido em junho de 2010 e aprovado em outubro de 2010.

Notas

- 1 [...] Acréscimos nossos. Daqui por diante, o uso de colchetes indicará que são nossos acréscimos.
- 2 Daqui em diante, o uso de letras maiúsculas servirá para fazer referência e frente à concepção de corpo como dado, evidência, como objeto natural e, nesse mesmo sentido, essencial e universal, trans-histórico, a uma história *do* corpo em todos os tempos.
- 3 Utilizamos esse termo como o define Guattari (Guattari; Rolnik, 2000).
- 4 Sobre isso, registre-se a fala de um usuário numa atividade grupal intitulada de

oficina de sexualidade, alegando que não usava camisinha porque só transava com a sua esposa. Quando foi questionado sobre a possibilidade dela o trair, ele alegou irritado que isso era impossível de acontecer.

- 5 O que se opera – o que dá sustentação, se é que dá – nesta forma-homem quando da morte do deus trabalho e de seu modo de culto, a educação? E quando se suspeita de que, através do trabalho e da educação, não se melhora a *qualidade* de vida da população? E quando se interroga que não é só nem, sobretudo, saúde o que se produz na rede de saúde? E quando o sexo parece não ser mais o rei definidor maior da *identidade humana*?
- 6 E nem cabe aqui questionar a ausência do termo *mulher*, já que estamos todos, homens e mulheres, acoplados à forma-homem supracitada.
- 7 Lembremos: a categoria *masculinidade* não equivale nem se restringe aos *homens* que ali circulam. Nesse sentido, acreditamos ser importante, quando se intenta discutir produção de masculinidades, não focalizar nos homens. Mas pensar essa produção – arranjos/jogos de masculinidade – na política, no serviço bem como em corpos de homens e mesmo de mulheres: usuárias, trabalhadoras, gestoras, mães etc.
- 8 Vale salientar que, até o momento, esse caminho está apenas demarcado/indicado, não sendo explorado neste artigo porque ainda não realizamos o trabalho de campo. Sobre isso, ainda é importante afirmar que os dados que aqui constam foram produzidos por meio de observações e registros em diários de campo de 2006 a início de 2009. Entre final de 2006 e início de 2007, na ocasião de participação em outra pesquisa (Nunes et al., 2005). Entre 2007 e início de 2009, por meio de inserção na rede de saúde mental de Aracaju-Sergipe, na qual a autora compunha o coletivo gestor de SM.
- 9 No sentido de Butler (2007).
- 10 Entendendo afeto não como “[...] sentimento, uma paixão ou emoção, mas aquilo que faz a composição dos corpos, denominada por Deleuze e Guattari de agenciamentos” (Neves; Heckert, 2010, p. 163).
- 11 E não resolve essa questão acrescentar um *s* no final destas palavras.
- 12 Esse item será escrito em primeira pessoa, uma vez que se trata da descrição de movimentos no campo de pesquisa da autora, orientada pelo coautor.
- 13 Sobre a historicização-problematização do processo de Reforma Psiquiátrica brasileira e o surgimento dos CAPS, vide Amarante (1995) e Vasconcelos; Mendonça-Filho (2009).
- 14 No qual os CAPS são propostos como serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico, iatrogênico e carcerário, objetivando garantir um cuidado de base territorial, sendo preconizados pelo Ministério da Saúde (MS) para funcionarem como organizadores das redes municipais de atenção em saúde mental.
- 15 Lembremos aqui do filme *Bicho de sete cabeças* (2001): o pai de Neto, depois de encontrar um cigarro de maconha em seu bolso, o interna em um hospital psiquiátrico. A partir do processo de internamento, carcerário, iatrogênico e segregatório, produz-se um corpo *doente* e, de internação em internação, este corpo doente cronifica-se. A sinopse nos parece assertiva: “uma viagem ao inferno manicomial”, da qual ele não retorna. Cabe perguntar: por fazer uso – e um uso esporádico – de maconha,

Neto precisava de cuidado? Mais ainda: daquele tipo de *cuidado*? Pois bem, aquele *drama* não aconteceu e não acontece só nos filmes.

16 Novamente é importante dizer: percurso como trabalhadora e em outra pesquisa (Nunes et al., 2005), dado que o processo de inserção para a *etapa* do trabalho de campo/produção de dados ainda não se iniciou. Nesse sentido, vale dizer que todos os depoimentos aqui transcritos foram tomados dos diários de campo da autora nesses períodos.

17 Atividade (roda de conversa) que acontecia nas ruas, a partir do mapeamento dos/as próprios/as usuário/as de locais que eles utilizavam para fazer uso. Nestes locais, além destes/as usuários/as acessávamos outros/as que não frequentavam o CAPS. Vale dizer ainda que redução de danos é a estratégia clínico-política norteadora da Política Nacional de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas.

18 Conforme o livro de Debord (1997).

Referências

AMADO, Jorge. **A Morte e a Morte de Quincas Berro Dágua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMARANTE, Paulo (Org.). **Loucos Pela Vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: FioCruz, 1995.

BARONE, Luciana. **Intervenções Possíveis na Clínica Hospitalar**. Trabalho apresentado na mesa de abertura da V Jornada de Psicologia Hospitalar do Grupo Hospitalar Conceição, 2009. (Texto não publicado)

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BENEVIDES, Regina. Saúde Mental: a importância de se assegurarem direitos. In: RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina (Org.). **Clínica e Política**. Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Editora TeCorá, 2002. P. 171-178.

BICHO de Sete Cabeças. Direção: Laís Bodanzky. Produção: Luiz Bolognesi, Caio Gullane e outros. Intérpretes: Rodrigo Santoro, Othon Bastos, Cássia Kiss e outros. Brasil: Sony Pictures, 2001. 1 DVD (74 min.).

BRASIL. **Saúde Mental no SUS**: os centros de atenção psicossocial. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. 2004.

BUARQUE, Chico. A Volta do Malandro. Intérprete: Mônica Salmaso. In: SALMASO, Mônica. **Noites de Gala, Samba na Rua**. Brasil, Biscoito Fino, 2006. 1 CD. Faixa 1.

BUTLER, Judith P. Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 151-172.

CAZUZA; REBOUÇAS, João. **Não me Conte seus Problemas**. Brasil, Universal Music, 2005. 1 CD.

CECCIM, Ricardo; MERHY, Emerson. Um Agir Micropolítico e Pedagógico Intenso: a humanização entre laços e perspectivas. **Revista Interface**, Botucatu, v. 13, supl. 1,

p. 531-544, 2009.

CLAVREUL, Jean. **A Ordem Médica**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COUTO, Edvaldo S. Corpos Dopados, Medicalização e Vida Feliz. In: RIBEIRO, Paula R.C.; SILVA, Méri R.S.; GOELLNER, Silvana V. **Corpo, Gênero e Sexualidade**: composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: FURG, 2009. P. 43-53.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FREJAT, Roberto; CAZUZA; NEVES, Ezequiel. Por que a Gente é Assim? Intérprete: Barão Vermelho. In: **Barão Vermelho ao Vivo**. Brasil, Som Livre, 2007. 1 CD. Faixa 11.

GOGH, Blach Van; TOM, Roger. **Beijar na Boca**. Brasil, Universal Music, 2008. 1 CD.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

KASTRUP, Virgínia. O Funcionamento da Atenção no Trabalho do Cartógrafo. In: KASTRUP, Virgínia. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 15-22, jan./abr. 2007.

LE BRETON. **A Sociologia do Corpo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e Violência: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: MACHADO, Raísa S. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004. P. 35-78.

MENDONÇA FILHO, Manoel; VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de. Questões de Método e Pesquisa dos Dispositivos Institucionais de Confinamento do Presente. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 134-150, abr. 2010.

MORENO, Andrea; SEGANTINI, Verona. Aparato Legal e Educação do Corpo: prescrição de comportamento e circulação de ideias – investigação sobre os investimentos no corpo em Belo Horizonte (1891-1930). In: GOELLNER, Silvana; JAEGER, Angelita. **Garimpando Memórias**: esportes, educação física, lazer e dança. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. P. 133-146.

MOSKA, Paulinho. A Seta e o Alvo. Intérprete: Paulinho Moska. In: MOSKA, Paulinho. **Contrasenso**. Brasil, Emi Music, 1997. 1 CD. Faixa 1.

NETO, João Leite F. Subjetividades Contemporâneas: algumas contribuições de Deleuze. **Revista Plural**, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, p. 105-114, mar. 2000.

NEVES, Cláudia A. B.; HECKERT, Ana Lúcia C. Micropolítica do Processo de Acolhimento em Saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 151-168, abr. 2010.

NUNES, Mônica de Oliveira et al. **Articulando Experiências, Produzindo Sujeitos, Incluindo Cidadãos**: um estudo sobre as novas formas de cuidado em saúde mental

na Bahia e em Sergipe, Brasil. Projeto de pesquisa que tem como instituição executora o Instituto de Saúde Coletiva-UFBA. Edital MCT – CNPq/ MS – SCIET-DECIT/CT – Saúde. 2005.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. Entre Vozes, Carnes e Pedras: a língua, o corpo e a cidade na construção da subjetividade contemporânea. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.). **Foucault e os Domínios da Linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. P. 133-158.

RODRIGUES, Heliana Conde. Construindo a História do Institucionalismo no Brasil: linhas, modelos e ação. In: SEMINÁRIO DE HISTORIOGRAFIA DA PSICOLOGIA, 1., São Paulo, 2000. **Anais...** São Paulo: GEHPAI/FAPEESP, 2000. P. 49-80.

RODRIGUES, Heliana Conde. Formação 'psi': reforma psiquiátrica, atenção psicossocial, desinstitucionalização. In: MOURÃO, Janne C. **Clínica e Política 2**: subjetividades, direitos humanos e invenções de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaquare; Grupo tortura Nunca Mais, 2009. P. 201-206.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (Org.). **Cultura e Subjetividade**: saberes nômades. Campinas: Papirus, 1997. P. 19-24.

SANT'ANNA, Denise. Descobrir o Corpo: uma história sem fim. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 25, n. 2, p. 49-58, jul./dez. 2000.

SAWAIA, Bader. O Sofrimento Ético-Político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. P. 97-118.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de; MENDONÇA FILHO, Manoel. Por uma Genealogia das Políticas de Saúde Mental Contemporâneas: da produção de políticas identitárias e de modos variados de confinamento. In: MENDONÇA FILHO, Manoel; NOBRE, Maria Teresa (Org.). **Política e Afetividade**: narrativas e trajetórias de pesquisa. Salvador/São Cristóvão: EDUFBA/EDUFS, 2009. P. 181-210.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História e Foucault Revolucionou a História**. 4. ed. Brasília: editora da UNB, 2008.

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos é formada em psicologia pela UFS; mestre em saúde coletiva pelo ISC/UFBA, bolsista CNPQ; doutoranda e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS na Linha de Pesquisa: Educação, Sexualidade e Relações de Gênero.

E-mail: michelevasconcelos@hotmail.com

Fernando Seffner é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, na Linha de Pesquisa: Educação, Sexualidade e Relações de Gênero.

E-mail: fernandoseffner@gmail.com